



AVALIAÇÃO, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

AULA 1



Prof.^a Camila Casteliano Pereira dos Santos



CONVERSA INICIAL

Prezado estudante! Nesta aula, vamos abordar aspectos referentes à avaliação no contexto educacional de forma introdutória. A aula divide-se em cinco tópicos relacionados à história da avaliação educacional, suas tendências metodológicas e relações entre a sociedade, diversidade, trabalho e cidadania. Ao fim, propomos uma reflexão sobre os conhecimentos aqui apresentados, de forma a relacioná-los com as diferentes estratégias avaliativas presentes da educação. Bons estudos!

TEMA 1 – HISTÓRIA DA AVALIAÇÃO

A avaliação é uma prática humana presente desde os primórdios da civilização. Desde sempre, o homem busca na natureza a sua subsistência e, dessa forma, a partir dela, aprende. As técnicas de colheita, da caça e dos vários elementos que compõem a dinamicidade da vida requerem uma constante análise sobre as ações feitas, sobre o produto obtido a partir da intervenção – portanto, a avaliação sobre determinada ação, fato, acontecimento ou objeto delineado. O treinamento diário, quando o homem primitivo era submetido a dificuldades para garantir sua própria sobrevivência, instigava-o a avaliar-se constantemente no sentido de fazer retomadas, melhorar suas performances e criar estratégias de fuga na luta com animais ferozes, além de desenvolver ferramentas para facilitar seu trabalho, e pensar, no final do dia, em meios para tornar sua vida mais fácil ou confortável. Os conhecimentos adquiridos e avaliados à luz da necessidade de sobreviver em determinado meio foram passados de geração em geração com mudanças, novas técnicas, novos jeitos de executar determinadas tarefas. Isso se deu pelo fato de o homem avaliar suas ações a partir de suas necessidades, buscando melhorias a partir de diagnósticos e consequentes retomadas, reformulações e adequações ao que se praticava na caça, na cultura de alimentos, na produção de vestuários e demais utilidades domésticas.

Com o desenvolvimento da sociedade, a avaliação toma outros rumos, embora ainda tenha a sua essência primitiva de ser a “matriz geradora de sobrevivência” ou condição essencial para sobreviver no campo das ciências humanas e exatas.



Na escola, a avaliação não tem um marco histórico definido. No entanto, primeiramente ela é utilizada na seleção de pessoas (inclusão e exclusão). Porém, ainda nesses termos, denominava-se como “exame”.

A avaliação da aprendizagem surge pela necessidade, segundo Álvarez Méndez (2002), de avaliar o processo de aprendizagem dos alunos, e não é somente utilizado como fonte de dados sobre o processo. Ou seja, é preciso desenvolver um trabalho de avaliação que leve em conta os sujeitos do e no processo, e não somente os resultados. São eles, os resultados, que servirão de instrumento para avaliar o processo de ensino em todos os seus contextos. Portanto, a avaliação precede a intervenção dos agentes junto aos procedimentos e às retomadas necessárias para que o ensino seja concebido como um ato político, vislumbrando-se os resultados, mas também as dificuldades diagnosticadas, para serem utilizadas na reelaboração, retomada e reformulação dos procedimentos metodológicos e da prática pedagógica do professor.

Por esse caminho, podemos chegar a descobrir a qualidade do aprendido e a qualidade do modo pelo qual o aluno aprende, as dificuldades que encontra e a natureza das mesmas, a profundidade e a consistência do aprendido, bem como a capacidade geradora para novas aprendizagens daquilo que hoje damos por aprendido apenas tendo ouvido e tendo estudado em um texto. Essa é a avaliação que considera o valor agregado do ensino como indicador válido da qualidade da educação (Álvarez Méndez, 2002, p. 37).

A superficialidade de números resultantes de uma avaliação necessita de um olhar voltado para suas especificidades e processos decorrentes das práticas utilizadas para abordar os conhecimentos trabalhados. Importa nessa prática o envolvimento dos sujeitos que avaliam e suas técnicas avaliativas, contrapondo-se à avaliação diagnóstica do aluno, que se caracteriza pela técnica do processo e não pelo processo como um todo, global, que caracterize a aprendizagem e a sua ausência como forma de alerta para os processos, o modo de ensinar e de promover condições de aprendizagens na escola.

A prática pedagógica, quando é elaborada de forma a alcançar as aprendizagens dos alunos para que eles se emancipem, dá margem a uma pedagogia que visa reorganizar o espaço escolar a partir da elaboração e reorganização dos processos avaliativos. Para Esteban (2000), a avaliação ainda é um tema polêmico, apesar de sua importância para os processos de aprendizagem escolar.



Quando a aprendizagem é reduzida a provas e testes, deixa de ser um instrumento de emancipação, tornando-se uma ação mecânica para levantar dados referentes ao aproveitamento escolar dos alunos. A prática pedagógica pode voltar-se para a aprendizagem colaborativa, que permite ao aluno participar ativamente do processo de ensino, privilegiando a discussão, as diferentes interpretações, a dúvida e a pluralidade de ideias. (Garcia, 2000, p. 41).

Portanto, a avaliação, quando é desenvolvida como prática avaliativa e processual, tem os seguintes aspectos:

Avaliar o aluno deixa de significar fazer um julgamento sobre a aprendizagem do aluno, para servir como momento capaz de revelar o que o aluno já sabe os caminhos que percorreu para alcançar o conhecimento demonstrado, seu processo de construção de conhecimentos, o que o aluno não sabe o que pode vir, a saber, o que é potencialmente revelado em seu processo, suas possibilidades de avanço e suas necessidades para que a superação, sempre transitória, do não saber, possa ocorrer” (Esteban, 1997, p.53).

Essa superação transitória do saber obtida a partir das retomadas sobre o processo possível é determinante para a efetividade da aprendizagem pelo aluno escolar. A sondagem dos conhecimentos prévios dos alunos é uma forma de avaliar suas aprendizagens e delinear sua trajetória escolar, partindo-se do pressuposto de que seus conhecimentos são importantes para a construção de hipóteses e de sistematizações entre conhecimento científico e conhecimento empírico.

TEMA 2 – TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E A AVALIAÇÃO

Tendo a avaliação um caráter investigativo sobre o processo de ensino aprendizagem, ela permite ao professor avaliar sua prática pedagógica e ao mesmo tempo usufruir dos dados para desenvolver estratégias que alcancem as aprendizagens dos alunos. Neste sentido, a avaliação é interna, ou seja, feita na escola, pelo professor. A avaliação também pode ser externa quando é elaborada e aplicada por instituições para obter números estatísticos sobre a apropriação dos conhecimentos pelos alunos.

Ao longo da história da educação brasileira, as tendências pedagógicas acompanharam os processos sociais e, de acordo com a economia, a escola aderiu a tendências que podem ser conservadoras e/ ou renovadas.

A tendência liberal tradicional esteve fortemente presente na escola no período de 1549 a 1932 (Neta; Júnior, 2012, p. 577). Nessa tendência, a escola



tem a função de preparar pessoas para viver em sociedade, de acordo com suas habilidades:

Iniciando com a chegada dos padres jesuítas, caracterizando-se por um ensino humanístico, no qual o discente era educado para atingir, pelo próprio esforço, a realização como pessoa. As atividades de ensino são centradas no professor, que expõe e interpreta os conteúdos, e a aprendizagem é receptiva e automática, não mobilizando atividade mental dos estudantes, conceituados como recebedores e repetidores da matéria repassada pelo docente.

Os jesuítas seguiam o documento português intitulado *Ratio Studiorum*. Seu ideário pedagógico era de que o homem é constituído por uma essência universal e imutável. A avaliação nessa tendência é feita a partir de classificações e provas, ressaltando a quantificação e classificação (Libâneo, 1992, p. 10). O professor é detentor do saber e o aluno é sujeito passivo.

Entre 1932 a 1969, predominou no Brasil a pedagogia renovada. Nela, o objetivo da ação pedagógica era adequar as necessidades do aluno à sociedade. O aluno é sujeito da aprendizagem e interage com elas, sendo o professor o mediador dessas aprendizagens.

Com a crise da pedagogia nova, a pedagogia tecnicista toma corpo e direciona o ensino escolar à formação de mão de obra para atuar na fábrica: “à educação escolar compete organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global”. (Libâneo, 1992, p.16). O professor é transmissor de conhecimento e o aluno o ser passivo que assimila os conteúdos para o trabalho. A avaliação consiste, nessa tendência, em verificar se o aluno aprendeu a fazer, se alcançou os objetivos traçados para aquela etapa de escolarização.

A partir de 1975, com as tendências progressistas de uma sociedade que passa a se articular em movimentos sociais e mudanças estruturais, a escola é criticada por sua ideologia capitalista. No entanto, para além disso, era preciso que a escola atendesse aos interesses do povo:

A pedagogia progressista manifesta-se em três vertentes: a libertadora, mais conhecida como pedagogia de Paulo Freire; a libertária, reunindo os defensores da auto-gestão pedagógica; e a crítico-social dos conteúdos, acentuando a primazia dos conteúdos no confronto com as realidades sociais. (Neta; Júnior, 2012, p. 580).

Os “temas geradores” de Paulo Freire consistem numa abordagem de temas sociais e políticos trabalhados na escola, que faz a ponte entre a



experiência vivida e o conhecimento científico. A avaliação, nesse processo, se dá de forma a valorizar os saberes dos alunos e as mediações entre professor e aluno em sala de aula. São base do processo avaliativo a inserção social e a mudança no meio em que se vive. Portanto, o aluno leva para seu meio de vivências suas aprendizagens, de forma a contribuir com sua comunidade. O professor é conselheiro/instrutor-monitor.

TEMA 3 – CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação é determinante para a prática pedagógica, já que possibilita a organização e a estruturação do processo de ensino aprendizagem. A avaliação com objetivos é utilizada de forma responsável por professores que têm a consciência da importância de se avaliar, fazendo-se os seguintes questionamentos: o que avaliar, como avaliar, quando avaliar e como avaliar? Dessa forma, na medida em que se avalia o aluno, ainda se avalia a atuação do professor, a prática pedagógica e o conjunto educacional onde se está inserido. Assim, a avaliação pode ser vista como um meio de obter o resultado de um processo que deve ser contínuo; ou seja, a avaliação é um processo que deve ser abrangente. Nela, é possível tomar decisões quanto ao que fazer para superar as dificuldades dos alunos, às suas deficiências, aos seus anseios.

A avaliação classificatória é vista como mecanicista: o professor ensina conteúdos estanques, fechados. O aluno deveria reproduzir esses conteúdos. A avaliação nessa concepção é classificatória, pois os erros são enfatizados. No entanto, o erro deve ser sinalizador, ou seja, instrumento que permite perceber onde é preciso fazer retomadas. Ao estudar para passar de ano, o aluno não analisa o conteúdo; decora conteúdos para realizar uma prova e, depois dela, esquece os conteúdos. Estuda para “passar de ano”. Nessa proposta, o processo de aprendizagem não é significativo. Forma de competição, essas avaliações condenavam o aluno a reproduzir conceitos e a não entender os conteúdos.

Na avaliação diagnóstica, busca-se levantar os conhecimentos apreendidos para que se possa avaliar a própria prática do professor e a necessidade de modificá-la. Uma prova carregada de conteúdos não é sinal de eficiência; ao contrário, ela demonstra a falta de reflexão do professor em conduzir a avaliação de forma a avaliar sua própria prática. O resultado de uma avaliação reflete diretamente na prática do professor.



A avaliação diagnóstica é aquela realizada no início de um curso, período letivo ou unidade de ensino, com a intenção de constatar se os alunos apresentam ou não o domínio dos pré-requisitos necessários, isto é, se possuem os conhecimentos e habilidades imprescindíveis para as novas aprendizagens. É também utilizada para caracterizar eventuais problemas de aprendizagem e identificar suas possíveis causas, numa tentativa de saná-los. (Haydt, 1988, p. 16-17).

A ação docente de modificar a própria prática é uma forma profissional de exercer sua docência. Contínua, a avaliação levanta dados referentes à aprendizagem e permite favorecer o ensino aprendizagem. É um meio de conhecer e perceber o aluno em suas especificidades.

A primeira função da avaliação é mostrar como foi o processo de aprendizagem do aluno, ou seja, é um “termômetro” que mostra os conteúdos absorvidos.

A avaliação inicial é um ponto de partida que o professor utiliza para conhecer o aluno, levantar suas necessidades, seus pontos fortes e suas demandas, para que possa organizar seu trabalho em sala de aula. Saber o que o aluno realmente necessita é primordial para iniciar um trabalho pedagógico.

A partir da avaliação inicial, é necessário organizar os conteúdos que serão trabalhados com os alunos. Para isso serve a avaliação formativa, ou seja, a retomada dos conteúdos pelo professor diariamente, semanalmente, para retomar conceitos, conteúdos e perceber os pontos que não foram sistematizados e/ou assimilados pelos alunos. Também, os conteúdos novos são retomados constantemente. Os *feedbacks* são necessários para alavancar e retomar conceitos.

A avaliação formativa, com função de controle, é realizada durante todo o decorrer do período letivo, com o intuito de verificar se os alunos estão atingindo os objetivos previstos, isto é, quais os resultados alcançados durante o desenvolvimento das atividades. [...] É principalmente através da avaliação formativa que o aluno conhece seus erros e acertos e encontra estímulo para um estudo sistemático. (Haydt, 1988, p. 17-18).

Na avaliação somatória, ao final de um período, os êxitos e fracassos sobre o processo de ensino são analisados e avaliados. Nessa avaliação, de forma ampla, o aluno terá a oportunidade de demonstrar suas aquisições. Para o professor, oportunidade de avaliar-se e, na sequência, reelaborar suas práticas pedagógicas.

a avaliação somativa, com função classificatória, realiza-se ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino, e consiste em classificar os alunos de acordo com níveis de aproveitamento previamente



estabelecidos, geralmente tendo em vista sua promoção de uma série para outra, ou de um grau para outro. (Haydt, 1988, p. 18).

Normalmente, a avaliação somativa é pontual, ou seja, é feita ao final de um período. Muitos autores defendem que essa avaliação não é a mais adequada, pois não possibilita, como as outras, retomadas e reformulações. Ela se restringe a atribuir uma nota à aprendizagem de forma mecânica.

TEMA 4 – A RELAÇÃO SOCIEDADE-EDUCAÇÃO-AVALIAÇÃO

A avaliação na sociedade é vista como instrumento classificatório, seletivo, excludente, sentencioso, punitivo, autoritário, julgador, entre outras designações ao longo da história. A partir de grandes educadores, pesquisadores e escritores, essas nomenclaturas foram sendo superadas por termos como: avaliação diagnóstica, qualitativa, mediadora, emancipadora, dialógica, investigativa, significativa.

A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar; por isso, contribui em todo o percurso da ação planificada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. (...) A avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível (Luckesi, 2002, p. 118).

Portanto, se a avaliação foi utilizada ou é utilizada de forma segregacionista, ela não cumpre seu papel, conforme os autores que a defendem como ação contínua; ou seja, deve ser prática pedagógica diária do professor para que o processo de ensino esteja alicerçado no compromisso de proporcionar elementos para que o aluno aprenda. O professor, ao avaliar, avalia também sua própria prática:

Outro equívoco que cometemos por causa, possivelmente, desse deslocamento de foco – em lugar de avaliar para melhor formar, avaliamos para punir – está em que em pouco ou quase nada nos preocupa o contexto em que a prática se dará de uma certa maneira com vistas aos objetivos que temos (Freire, 2001, p. 11-12).

As punições das avaliações na escola remetem à exclusão que a sociedade impõe às classes menos privilegiadas, no sentido de não levar em conta as culturas diversas, os jeitos de ser das gentes, os costumes. Nessa interface, a escola, ao reproduzir a lógica do modo de produção capitalista, ainda segrega, a partir da avaliação classificatória, os alunos que não terão condições de cursar o ensino superior em uma universidade pública, pois estão



concorrendo com alunos que podem pagar cursinhos para se preparar para os vestibulares, que requerem conhecimentos que não foram trabalhados por eles, em virtude das defasagens e dificuldades apresentadas nas avaliações em que obteve baixos índices de aproveitamento. Paulo Freire (2003, p. 125-6), ao abordar questões sobre desigualdade, remete à prática pedagógica o compromisso de atender as especificidades dos sujeitos do processo de ensino escolar:

Uma escola democrática teria de preocupar-se com a avaliação rigorosa da própria avaliação que faz de suas diferentes atividades. A aprendizagem escolar tem que ver com as dificuldades que eles enfrentam em casa, com as possibilidades de que dispõem para comer, para vestir, para dormir, para brincar, com as facilidades ou com os obstáculos à experiência intelectual. Tem que ver com sua saúde, com seu equilíbrio emocional. A aprendizagem dos educandos tem que ver com a docência dos professores e professoras, com sua seriedade, com sua competência científica, com sua amorosidade, com seu humor, com sua clareza política, com sua coerência, assim como todas as estas qualidades têm que ver com a maneira mais ou menos justa ou decente com que são respeitados.

A diversidade existente em uma sala de aula remete a um trabalho direcionado e desenvolvido para atender cada aluno de forma a possibilitar seu desenvolvimento. A avaliação, portanto, é a base para que o professor perceba quais conhecimentos deverá enfatizar para encaminhar o aluno a apropriar-se dos conhecimentos científicos elaborados.

TEMA 5 – EDUCAÇÃO, TRABALHO, DIVERSIDADE CULTURAL E CIDADANIA

A escola, instituição responsável pela constituição do saber elaborado, ou seja, do conhecimento científico, compete, na atualidade, com os multimeios que, munidos de informações, sugerem uma aprendizagem desvinculada das instituições de ensino. No entanto, as relações que se estabelecem socialmente nas vertentes de trabalho e educação remetem a saberes constituídos e que dão suporte à formação integral dos sujeitos, aptos tanto para o trabalho quanto para conviver em sociedade como agentes ativos dos processos político-sociais.

A luta hoje tão atual contra os alarmantes índices de reprovação que gera a expulsão de escandaloso número de crianças de nossas escolas, fenômeno que a ingenuidade ou a malícia de muitos educadores e educadoras chama de evasão escolar, dentro do capítulo do não menos ingênuo ou malicioso conceito de fracasso escolar. No fundo, esses conceitos todos são expressões da ideologia dominante que leva a instâncias de poder, antes mesmo de certificar-se das verdadeiras causas do chamado “fracasso escolar”, a imputar a culpa aos educandos. Eles é que são responsáveis por sua deficiência de



aprendizagem. O sistema, nunca. É sempre assim, os pobres e miseráveis são os culpados por seu estado precário. São preguiçosos, incapazes. (Freire, 2003, p. 125)

A escola pública, que a partir dos processos de avaliação deveria atender as maiorias pobres, os marginalizados e excluídos, foca as avaliações em erros, defasagens e baixos índices, deixando à deriva os alunos que não se apropriaram de saberes e conhecimentos, reprovando-os e os condenando ao abandono dos bancos escolares.

Essa é uma das razões, mas há outras razões de natureza pedagógica e de natureza política também. A discriminação de natureza de classe na questão da linguagem. A escola pretendendo impor a sintaxe branca, sintaxe da classe dominante, e o menino da classe trabalhadora sendo criticado, sendo diminuído nos seus textinhos, nos seus trabalhos [...] Isto se deve à inabilidade política e à incompetência científica que alguns professores e algumas professoras têm para lidar com a complexidade da linguagem. (Freire, 2003, p. 125).

Gestar uma docência para que os menos privilegiados, tanto em questão de acesso a recursos físicos e financeiros, quanto em relação aos conhecimentos científicos, possam acessar de forma diferenciada conteúdos que não conseguiram assimilar, com um professor que se comprometa com suas aprendizagens, é uma meta que se deve buscar. Considerando que os sujeitos do processo de ensino escolar são derivados de diferentes realidades, não é com um mesmo procedimento metodológico ou encaminhamento do professor que todos vão aprender. Portanto, as condições de aprendizagens facilitadas pelo professor devem ser avaliadas a partir de concepções teóricas de avaliação. Por sua vez, se uma forma de avaliação não se enquadra com determinado aluno, cabe ao professor buscar outras formas de avaliar. Se na diferença cultural os sujeitos estão e são parte do processo de ensino, é na avaliação que as diferenças são explicitadas para servir de suporte técnico a abordagens docentes pensadas e direcionadas para suprir as demandas diagnosticadas.

NA PRÁTICA

Quando entramos em contato com a realidade escolar, muito do que foi exposto em relação às formas punitivas de avaliação pode ser observado. Por meio delas, podemos nos remeter a práticas que ainda reproduzem exclusão, justamente por restringirem as capacidades dos estudantes a fórmulas pré-concebidas e tecnicizadas, que pouco refletem as reais capacidades que podem ser enxergadas no sujeito da aprendizagem.



Assim, quando pensamos em meios distintos de avaliar os conhecimentos trabalhados em sala de aula, o que se está pretendendo é abranger formas de reconhecer a aquisição de conteúdos de forma a assegurar que mais dimensões da vida do sujeito possam se relacionar, para, finalmente, atestar se o trabalho foi efetivo ou não.

Para tanto, o que se deve observar é como os conhecimentos dialogam com a vida dos estudantes, como a forma de ensinar e avaliar pode também estar relacionada aos contextos culturais e, sobretudo, como a avaliação pode revelar mais potencialidades do que falhas ou punições.

FINALIZANDO

Nesta aula, pudemos observar como a prática pedagógica é atravessada pela prática avaliativa nos contextos educacionais. De uma perspectiva histórica, fomos capazes de conceber distintas formas e intenções nas formas avaliativas relacionadas às tendências de se pensar a educação. Desta forma, e localizados no percurso histórico, percebe-se a transformação de um contexto mais fechado e autoritário, para outros em que a educação e as formas avaliativas são vistas como potentes caminhos para democratizar o acesso à educação e fortalecer a cidadania. Entretanto, isso só vai acontecer se forem abandonadas as formas excludentes e autoritárias de conceber os processos avaliativos na educação.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ MÉNDEZ, J. M. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ESTEBAN, M. T. A avaliação no cotidiano escolar. In: _____. (Org.) **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2000. p. 07-28.

_____. (Org.). **Avaliação: uma Prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

FREIRE, P. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P.; HORTON, M. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

GARCIA, R. L. A avaliação e suas implicações no fracasso/sucesso. In: ESTEBAN, M. T. (Org.). **Avaliação: uma Prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 29-49.

HAYDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1988.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

NETA, M. de L. da S.; JUNIOR, A. G. M. Práticas avaliativas na história das tendências pedagógicas no Brasil. In: ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 11.; ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1. 2012. **Revista Universidade Federal do Ceará**, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24728/1/2012_eve_mlsilvaneta.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.